

Críticas infundadas à política econômica externa

Marcelo de Paiva Abreu*

A política econômica externa do governo enfrentou nas últimas semanas críticas das mais diversas origens, desde as oriundas dos arraiais do nacionalismo, freqüentemente beirando a obtusidade do velho Bernardes, até as menos primitivas travestidas de *real politik*.

O aumento da importância dos fluxos de investimento tem estimulado preocupações quanto ao equilíbrio das contas externas no longo prazo. Florescem argumentos errôneos quanto às conseqüências de longo prazo da concentração de investimentos na oferta de serviços que, por serem não transacionáveis internacionalmente, não contribuirão para receitas futuras de exportações. Esta idéia, bastante difundida nos melhores meios políticos, e até nos econômicos, é absolutamente disparatada. Investimentos em infraestrutura, ou em empresas que ofertem outros serviços, em geral contribuirão para a melhoria da eficiência da economia, aumentando a competitividade das exportações. Cada bem exportado leva embutido em si insumos que são bens e serviços utilizados na sua produção. A melhoria da infraestrutura de telecomunicações, por exemplo, contribui indiretamente para o aumento da competitividade das exportações atendidas condições minimamente aceitáveis de regulação. A tentação de proceder à avaliação microeconômica do impacto de cada investimento sobre o balanço de pagamentos é um ingrediente natural de outro tipo de análise equivocada, baseada na presumida atratividade de uma situação em que setores específicos da economia sejam de algum modo “neutros” sob o ponto de vista das contas externas. Quase sempre estas avaliações desconhecem os requisitos indiretos de insumos e, portanto, são incorretas até mesmo no equivocado marco metodológico em que se colocam. É claro que estes “balanços de pagamentos” ou “balanços comerciais” setoriais apenas indicam de forma indireta em que setor determinado país tem vantagens comparativas na produção de bens específicos.

Além disto, não parece absurdo pensar, no caso de investimentos sob a forma de compra de ativos já existentes, que o valor da aquisição – que corresponde a uma entrada de divisas – guarda alguma relação com o valor descontado do fluxo de lucros futuros. Não há base, portanto, para alarma quanto ao comportamento de longo prazo do balanço de pagamentos com base neste tipo de crítica. É claro que existem bases muito concretas para preocupações quanto à capacidade de rápida expansão das exportações, mas isto, em princípio, nada tem a ver com o padrão setorial de investimentos externos.

A estas críticas vêm juntar-se as formuladas por observadores que se proclamam realistas, em contraste com a inércia que marcaria os fundamentos da diplomacia econômica brasileira nos “últimos quarenta anos”. Esta generalização não encontra sustentação na análise objetiva dos fatos. Mas as críticas têm implicações temáticas e, também, quanto à escolha de parceiros preferenciais que devem ser exploradas. Como se

sabe, a posição brasileira quanto à agenda de futuras e problemáticas negociações comerciais multilaterais tende a resistir à inclusão de tópicos em que se busque a harmonização de políticas entre os membros da Organização Mundial de Comércio tal como proposta, agora claramente, pelos EUA.

As recentes críticas ao Itamaraty repetem sugestões de que o Brasil deveria convencer-se da inexorabilidade das concessões que terá que fazer em relação a estas temas, especialmente normas trabalhistas e meio ambiente, e que melhor seria alinhar-se desde já à posição dos EUA. Não se entende exatamente qual o benefício deste alinhamento em nome do "realismo" a esta altura da partida. Certamente a melhor estratégia brasileira, baseada na consciência de que a ameaça de novos obstáculos protecionistas racionalizados pela harmonização de políticas é palpável, seria acompanhar, um pouco à distancia, os ardentes protestos de diversos países asiáticos diretamente na linha de tiro das propostas norte-americanas, e ajudar a combater idéias que não encontram respaldo unânime nos próprios países desenvolvidos.

Outra linha da catequese pseudo-realista advoga a reversão da política brasileira de resistência à ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), amparada em "antipatia" em relação aos EUA. Os argumentos econômicos para sustentar a relutância brasileira quanto à ALCA são insofismáveis. A ALCA seria, ou será, uma solução claramente inferior a um arranjo multilateral, em vista da importância dos parceiros brasileiros fora do hemisfério. Cabe também inquirir quanto ao ânimo efetivo do Executivo e, especialmente, do Congresso dos EUA quanto à ALCA. Cultores do "realismo" já se fizeram ouvir em outros tempos, em meados da última década, essencialmente com a mesma mensagem. Mas faltava um elemento essencial para que a integração fosse viabilizada: o empenho político dos EUA. À vontade de ceder não correspondia uma vontade de colher.

Finalmente, não parece atrevimento indevido afirmar que é mais natural que um país como o Brasil, com pretensões a jogar um papel global em termos de política externa, tenha mais restrições à camisa de força implícita na ALCA do que outros países com dimensão mais modesta, ou que se tenham há muito decidido por políticas externas mais automaticamente alinhadas com os EUA? Tanto México quanto Argentina, as outras economias de dimensões significativas no hemisfério, estão no segundo grupo, seja como corolário da integração via NAFTA, seja em consequência de prioridade definida no início do governo Menem e só abandonada em vista da inapetência norte-americana.

*Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.